

Assembleia Municipal da Ribeira Brava

Ata Nº 04/2014



Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

vinte e sete de fevereiro de dois mil e catorze

-----Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze reuniu-se a Assembleia Municipal da Ribeira Brava, na sala da Casa do Povo do Campanário, sob a presidência de João Luís Drumond Henriques, estando ainda presentes Sílvia Maria Almada Abreu como primeira secretária e João Abreu Gomes como segundo secretário.-----

-----Estiveram presentes pelo Partido Social-Democrata: José Armindo Pereira Pestana, Teresa Maria Corte Gonçalves, Domingos Sousa Andrade, José Jorge Fernandes Ornelas, Luís Gaudêncio Fernandes, Horácio Ramos Ferreira, Carlos Ramos Andrade e José Gilberto Abreu Andrade. Pelo Partido Socialista: Virgílio Pereira Rodrigues, Fábio Nelson Faria Santos, Libardo Juan Sousa Pereira e Graça Maria Fernandes Freitas. Pelo Partido Popular: Ilídio Faria Almada, Luís Alberto Almada Pestana, Adelina Abreu Rodrigues, Telmo Ricardo Marques de Freitas e Marco Nuno Correia Martins. Pelo Partido Trabalhista Português: Marco Nuno da Luz das Almas.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes os senhores João Batista Pereira Silva, Emanuel Higinio Fernandes, Jorge Manuel Faria Santos e Vítor Francisco Gomes de Abreu.-----

-----Estiveram ainda presentes o senhor Presidente Ricardo Nascimento, o senhor Vice-Presidente Marcelino Pereira, a senhora Vereadora Natália Rodrigues, o senhor Vereador Rui Gouveia, o senhor Vereador Alano Gonçalves e o senhor Vereador Rafael Sousa.-----

-----Pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia, verificando a existência de quórum, declarou aberta a sessão para a qual tinha sido agendada a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Ponto um – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e situação financeira.-----

-----Ponto dois – Apresentação, discussão, votação da proposta de resolução intitulada “criação de feiras mensais nos centros das freguesias do concelho da Ribeira Brava.-----

-----Ponto três – Apresentação, discussão, votação da proposta de resolução intitulada “construção de um monumento em homenagem aos antigos combatentes de guerra do Ultramar”.-----

-----Ponto quatro – Apresentação, discussão, votação da proposta de resolução intitulada “criação de espaços de estacionamento para cidadãos portadores de deficiência junto à Escola Básica do Campanário”.-----

-----Ponto cinco – Proposta de resolução “propondo a repavimentação da estrada regional entre o Campanário e a Ribeira Brava”.-----

-----Ponto seis – Proposta de resolução “propondo a criação de estímulos e vantagens às famílias numerosas do Município”.-----

-----Ponto sete – Apresentação e votação de um representante da Assembleia Municipal à Comissão de acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal de Ribeira Brava (PDM).-----

-----Ponto oito – Apresentação, discussão, votação das propostas de assunção de compromissos plurianuais: AFAVIAS – Engenharia e Construções e LENA Engenharia e Construções, S.A..-----

-----Ponto nove – Apresentação, discussão, votação da proposta de concessão do espaço comercial do Parque de estacionamento Municipal.-----

-----Ponto dez – Apresentação, discussão, votação da proposta dos contratos de concessão de exploração das lojas do Mercado Municipal.-----

-----No Período Antes da ordem do Dia procedeu-se à discussão da ata número três de dois mil e treze, á qual, foi sugerido pelo Senhor Presidente da Câmara introduzir uma alteração no último parágrafo da página número três, feita essa alteração, a ata foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria, registando-se duas abstenção, uma do CDS e uma do PSD.-----

-----No período de Antes da Ordem do Dia o CDS apresentou o seguinte voto de congratulação: “A Feira de Natal, popularmente denominada “Noite do Mercado”, e o Cantar dos Reis, atividades realizadas nos passados dias vinte e um de dezembro e cinco de janeiro, respetivamente, verificaram-se apostas ganhas, no que a promoção de atividades culturais do nosso concelho diz respeito. Bem como, foi dado um passo em frente na revitalização do nosso comércio, proporcionando um novo alento aos nossos comerciantes e o incremento duma maior afluência de visitantes. Diversificar a oferta cultural, incentivar os jovens talentos nas mais diversas áreas culturais, assim como preservar e potenciar as nossas tradições foram objetivos amplamente atingidos. Apostar na “prata da casa” como foi o caso do artista convidado João Vinagre e com a participação de diversas entidades educacionais e culturais do nosso concelho, tais como as Casas do Povo, Grupo Folclórico, Coro Infano-Juvenil e Centro de Atividades Ocupacionais, demonstraram que é possível contornar as contingências económico-financeiras, sendo necessário apenas criatividade, dinamismo, empenho e principalmente boa vontade. O fato de envolver e motivar os comerciantes na participação de eventos desta natureza, permitiram garantir o sucesso da sua realização, tendo também ficado demonstrado que este fato, é revelador da importância da participação dos mesmos na reconstrução e promoção do nosso tecido empresarial e comercial, pois ficou provado que, os mesmos têm uma palavra a dizer. A bancada do CDS-PP não podia deixar passar este acontecimento sem homenagear e atribuir o reconhecimento devido, como também, regozija-se pelo fato do atual executivo camarário, liderado pelo Professor Ricardo Nascimento, demonstrar recetividade e reconhecimento perante as propostas e ideias por nós apresentadas, como foi o caso da realização deste evento em particular. Assim, no âmbito das suas competências estatutárias e regimentais, a Assembleia Municipal, legitima representante dos cidadãos Ribeira-bravenses, congratula-se com a realização da Feira de Natal e Cantar os Reis, por ter-se revelado uma mais-valia para a promoção do nosso concelho.”-----

[Handwritten signatures]

-----Este voto foi levado a votação e foi aprovado por unanimidade.-----
-----O deputado Ilídio Almada fez uma interpelação à mesa referindo não concordar com que os elementos do público só possam falar perante a Assembleia no final da sessão, sugeriu que deveriam falar no início da sessão.-----
-----O Presidente da Assembleia explicou que segundo o Regimento da Assembleia, que a lei assim determina, o público só pode falar no fim da sessão, mas caso a Assembleia decida o contrário poder-se-ia alterar.-----
----- O deputado Domingos Andrade interveio referindo que o PSD fazia questão que o Regimento fosse cumprido e a lei também.-----
----- O deputado Fábio Santos afirmou que estava de acordo com o CDS-PP.-----
-----O deputado Gilberto Andrade reforçou a opinião do colega de partido, referindo que o público deveria ficar até ao final da sessão, porque assim até poderão surgir outras questões.-----
-----O deputado Domingos Andrade interveio referindo-se ao encerramento da agência do Banco Espírito Santo na freguesia do Campanário. Lamentou o seu encerramento, sendo que esta era a única agência bancária na freguesia, e só deram a conhecer o encerramento da agência quando todas as decisões já estavam tomadas, sem primeiro ouvir a população e instituições da freguesia. No entanto referiu que a Junta de Freguesia do Campanário e o BES têm um protocolo para instalar uma caixa multibanco no centro cívico do Campanário.-----
-----O deputado Telmo Freitas questionou o executivo camarário sobre o espaço em frente à Igreja da Ribeira Brava querendo saber a quem pertencia e caso seja da câmara qual o documento que disponibiliza esse espaço para a obra da Igreja.-----
-----O vereador Marcelino Pereira congratulou a Assembleia Municipal pela descentralização das sessões da assembleia. Referiu que o espaço em frente à Igreja é propriedade da câmara municipal e que com a obra efetuada esse espaço ficou mais rico. O vereador referiu que a lei de meios foi aprovada para recuperação do adro da Igreja e que a construção do palco é responsabilidade da Igreja.-----
-----O deputado Telmo Freitas questionou se o palco estava previsto no projeto.-----
-----O vereador Marcelino Pereira disse que quando o projeto foi feito o palco constava do mesmo, mas não foi aprovado pela lei de meios, e assim a Igreja disponibilizou-se para construir o palco.-----
-----O deputado Marco Almas questionou o executivo sobre o andamento do projeto de consolidação da escarpa entre a Ribeira Brava e a Tabua. Também perguntou quais as veredas que irão ser consertadas e quais as obras previstas pela Lei de Meios que irão ser colocadas em andamento, bem como quando será que a câmara irá retirar o estaleiro da Serra de Água.-----
-----O Presidente Ricardo Nascimento elogiou a descentralização das sessões da Assembleia Municipal. No que diz respeito à consolidação da escarpa entre a Ribeira Brava e a Tabua o projeto inicial era muito caro, mas estão a trabalhar neste assunto. Em relação à Lei de Meios o município está à espera que a comissão paritária mande avançar com a recuperação de veredas um pouco por todo o concelho. Em relação ao estaleiro da Serra de Água o Governo Regional é que está a tomar conta desse assunto.-----
-----O período da Ordem do Dia teve início às dezasseis horas e quinze minutos.-----
-----Ponto um - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e situação financeira.-----



-----O senhor Presidente do Município informou acerca das atividades do executivo durante os últimos meses, tendo referido as limpezas e manutenção da rede viária, veredas e caminhos municipais. A atribuição de um apoio financeiro aos jovens universitários do concelho. O apoio ao Clube Desportivo "Os Especiais", para financiar três viagens ao continente. A planificação do cortejo de carnaval das escolas e cortejo trapalhão. Encaminhamento de casos com necessidades sociais para as devidas entidades. Também referiu que estes primeiros dois anos são anos de tentar reduzir o passivo financeiro da câmara e então futuramente tentar realizar outros projetos quando a câmara estiver mais disponível a nível financeiro.-----

-----O deputado Marco Almas questionou se o apoio aos universitários seria para o presente ano letivo.-----

-----A vereadora Natália Rodrigues afirmou que a bolsa de estudo seria para o presente ano e que os pagamentos seriam realizados em duas vezes nos meses de março e abril.-----

-----O deputado Fábio Santos questionou o valor da obra do Adro da Igreja, que foi adjudicada em cento e setenta e seis mil euros, mas entretanto a obra ficou mais cara, em cento e oitenta e cinco mil euros.-----

----- O vereador Marcelino Pereira referiu que cento e setenta e seis é o valor do apoio e que cento e oitenta e cinco é o valor apresentado pela empresa que ganhou o concurso.-----

-----Ponto dois - Apresentação, discussão, votação da proposta de resolução intitulada "criação de feiras mensais nos centros das freguesias do concelho da Ribeira Brava.-----

-----O deputado Marco Almas disse que esta seria uma proposta que ajudaria os munícipes, pois devido à crise financeira muitas pessoas voltaram à agricultura e ao artesanato e assim com as feiras poderiam ganhar algum dinheiro.-----

-----Colocada à votação este ponto foi rejeitado por maioria com onze votos a favor do CDS, PS e PTP e catorze contra do PSD.-----

-----O deputado Domingos Andrade em declaração de voto disse que a câmara já dá resposta a essa questão através das feiras que se vão realizando no município. Dando autorização para a realização de feiras, através das instituições que assim as organizam. A câmara está recetiva a ouvir e apoiar essas iniciativas mas não de forma imposta.-----

-----O deputado Luís Almada referiu que votou a favor tendo em consideração que durante a campanha eleitoral também o CDS apoiou a criação de feiras. No entanto, não quer estipular realizações semanais ou mensais, mas apoia a criação de feiras.-----

-----O deputado Fábio Santos votou a favor porque acha que se devem realizar feiras de forma a atrair mais pessoas para o concelho. Também defende que devem estipular um dia para a realização dessas feiras, tal como acontece noutros concelhos.-----

-----Ponto três – Apresentação, discussão, votação da proposta de resolução intitulada "construção de um monumento em homenagem aos antigos combatentes de guerra do Ultramar".-----

-----O deputado Marco Almas do PTP, responsável pela iniciativa constatou que deve ser reconhecido o esforço feito por esses combatentes e que devem ser valorizados.-----

-----O deputado Domingos Andrade perguntou quais são os munícipes da Ribeira Brava que foram combatentes.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP disse ter conhecimento de alguns dos combatentes e disponibilizou-se para tentar saber quem são os restantes ex-combatentes.-----

-----O deputado Gilberto Andrade do PSD, referiu que mais que não conhecer o seu concelho é não conhecer a sua freguesia, e numa época de pouco dinheiro não irão criar outra homenagem aos combatentes quando já existe uma homenagem na freguesia do Campanário. Não tem lógica apresentar esta proposta, porque assim teriam que criar uma homenagem em cada freguesia do concelho.-----

-----Colocada à votação esta proposta foi rejeitada por maioria, teve um voto a favor do PTP, dez abstenções do CDS e PS e catorze votos contra do PSD.-----

-----O deputado Fábio Santos disse que ainda não foi escolhido o lugar correto para colocar a respetiva homenagem.-----

-----O deputado Domingos Andrade referiu que o PSD votou contra porque no Funchal já existe um monumento de homenagem aos ex-combatentes e nesta época de dificuldades financeiras é algo que não é crucial neste momento.-----

-----Ponto quatro – Apresentação, discussão, votação da proposta de resolução intitulada “criação de espaços de estacionamento para cidadãos portadores de deficiência junto à Escola Básica do Campanário”.-----

-----O deputado Domingos Andrade referiu que este assunto já estava a ser tratado pelo executivo camarário e que no atual momento já estava executado. Sendo assim, tendo em conta que a respetiva proposta já tinha sido concluída o PSD propôs a retirada da proposta pelo preponente, o PTP.-----

-----O deputado Marco Almas considerou que a câmara, depois de apresentada a proposta pelo PTP, realizou a obra e assim sendo retirou a proposta.-----

----- Ponto cinco – Proposta de resolução “propondo a repavimentação da estrada regional entre o Campanário e a Ribeira Brava”.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento sugeriu que a câmara encaminhasse a proposta para a Vice-Presidência com imagens a complementar a proposta.-----

-----O deputado Ilídio Almada do CDS-PP referiu que sendo assim a câmara deveria também enviar informação sobre outras estradas do concelho que se encontram em más condições.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Campanário disse que a Junta já enviou uma proposta de melhoramento do pavimento da estrada em questão e obteve a resposta que a obra seria realizada logo que possível mas apoia que a Assembleia reforce o pedido.-----

-----O deputado Domingos Andrade referiu que a Assembleia envia a informação para a câmara com o sentido desta encaminhar para o Governo Regional, caso queira poderá complementar com referências a outras estradas em mau estado.--

-----O Presidente da Assembleia Municipal referiu que a proposta será votada no sentido de a câmara enviar a proposta para o Governo Regional.-----

-----A proposta foi votada e aprovada por unanimidade.-----

-----O deputado Domingos Andrade salientou a sua satisfação pela unanimidade na votação.-----

-----O deputado Fábio Santos disse ser fundamental haver unanimidade pelo bem do concelho. No entanto é uma proposta tardia porque a estrada está com problemas à muito tempo.-----

-----Ponto seis – Proposta de resolução “propondo a criação de estímulos e

vantagens às famílias numerosas do Município”.

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS-PP questionou se o PSD fez o levantamento das famílias numerosas do concelho e a partir de quantas pessoas é considerada família numerosa.

-----O deputado Domingos Andrade referiu que na proposta constam os elementos necessários e que cada concelho adapta-se às suas condições e famílias.

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS-PP voltou a reformular a questão, pois disse que o deputado Domingos Andrade do PSD não tinha respondido à sua pergunta.

-----O deputado do PSD, Domingos Andrade referiu que a partir de três filhos é considerado família numerosa e para saber quantas famílias tem no concelho será consultando os censos.

-----O deputado Telmo Freitas do CDS-PP perguntou se vai haver uma comissão para saber quem tem direito a ajuda às famílias numerosas.

-----O deputado Domingos Andrade do PSD disse que quem beneficiará serão as famílias que reúnam as condições necessárias.

-----O deputado Ilídio Almada do CDS-PP perguntou o que a câmara irá fazer com aqueles casais que têm dificuldades em engravidar e não têm capacidades financeiras.

-----O deputado Gilberto Andrade do PSD apontou que esta é uma medida para ajudar as famílias e essa ajuda será realizada consoante os rendimentos das famílias.

-----O deputado Ilídio Almada do CDS-PP reformulou a questão e voltou a questionar o que a câmara pensa fazer aos casais que não conseguem ter filhos.

-----O deputado Telmo Freitas do CDS-PP lamentou que o líder parlamentar do PSD não soubesse explicar a questão levantada.

-----O deputado Gilberto Andrade do PSD, referiu que o grupo parlamentar do PSD não se limita ao líder parlamentar, mas sim a todos os elementos.

-----O deputado Fábio Santos do PS interveio dizendo que no município tem uma taxa de natalidade baixa e uma taxa de emigração muito alta. Referiu que não existem famílias numerosas mas sim famílias que não conseguem ter filhos.

-----Posto à consideração pelo presidente da mesa perante um pedido do segundo secretário da mesa, a Assembleia permitiu que o secretário João Gomes eleito pelo PS se dirija-se à Assembleia.

---O deputado do PS, João Gomes questionou quanto custaria esta proposta ao município. Segundo o secretário a proposta gera algumas dúvidas e acha que é fora de tempo, deveria ter sido apresentada antes do orçamento ser aprovado. Perguntou se no lugar de dar estímulos financeiros se não poderiam dar outros estímulos e gostaria de saber como conseguiria ter acesso, a esse subsídio, uma família que não tinha possibilidades para ter mais que um filho.

-----O Presidente da Assembleia alertou que na presente sessão houve algumas exceções, mas que de futuro teria que haver mais correção e seguir o regimento.

-----O deputado Domingos Andrade do PSD respondeu que a proposta não aponta para apoio financeiro, que poderão ser outros incentivos.

-----O deputado Marco Martins do CSD-PP questionou o Presidente Ricardo Nascimento sobre qual a sua opinião acerca do assunto em discussão.

-----O Presidente Ricardo Nascimento salientou que caso seja aprovada pela assembleia esta proposta será estudada pelo executivo e, de acordo com a situação financeira, irão criar alguns estímulos para as famílias numerosas, que serão

comunicados à Assembleia.-----

-----A proposta foi colocada à votação e foi aprovada por maioria, com cinco votos contra do PS e uma abstenção do CDS.-----

-----O deputado Luís Almada pelo CDS-PP em declaração de voto explicou que esta proposta deve ser estudada pelo município para que analisem que estímulos podem oferecer às famílias numerosas, famílias que devem ser apoiadas pelo município.-----

-----O deputado Fábio Santos pelo PS votou contra porque esta proposta deveria ter sido apresentada antes do fecho do orçamento e já existem muitas associações a apoiar as famílias numerosas. Segundo o deputado é mais importante pensar no futuro das crianças, criar condições no concelho para que futuramente estas crianças tenham emprego.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD, evidenciou que é estranho o PS votar contra esta proposta que vem apoiar as famílias do concelho. Referiu que as propostas não têm dia para serem apresentadas e porque o orçamento já foi aprovado, este não é inalterável. Esta proposta irá ajudar as famílias e incentivar o aumento da natalidade que é muito baixa no nosso país.-----

-----O deputado Marco Almas votou positivamente porque esta é uma medida social muito importante.-----

-----Ponto sete – Apresentação e votação de um representante da Assembleia Municipal à Comissão de acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal de Ribeira Brava (PDM).-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que o PDM do concelho está quase concluído, e logo esteja pronto irá à reunião de câmara e depois de aprovado estará disponível para consulta pública e os munícipes poderão fazer sugestões. No entanto é necessário um representante da Assembleia Municipal nas reuniões de acompanhamento do PDM.-----

-----O grupo parlamentar do PSD apresentou uma proposta a indicar o deputado Domingos Sousa Andrade como representante da Assembleia na Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM.-----

-----O grupo parlamentar do PS apresentou uma proposta a indicar o deputado Fábio Nelson Faria Santos como representante da Assembleia na Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM.-----

----- A proposta do PSD designou-se de proposta A e a proposta do PS de proposta B.-----

-----Colocada à votação, por escrutínio secreto, a proposta A recebeu catorze votos e a proposta B dez votos, registando-se um voto branco. Assim sendo a proposta A foi aprovada por maioria, indicando o Sr. Domingos Sousa Andrade como representante da Assembleia Municipal na comissão de revisão do PDM.-----

-----Ponto oito – Apresentação, discussão, votação das propostas de assunção de compromissos plurianuais: AFAVIAS – Engenharia e Construções e LENA Engenharia e Construções, S.A..-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento explicou que o executivo camarário esteve a negociar os acordos de pagamento com as empresas em questão para cumprir com as suas responsabilidades financeiras, sem este acordo nem os salários dos funcionários o executivo conseguiria pagar. O anterior executivo também tentou negociar com as empresas mas não chegou a nenhum acordo. Assim tentaram encontrar a melhor solução para o município. No que diz respeito à LENA Engenharia e Construções irão



pagar a despesa de capital o mais rápido possível e os juros que estavam em dívida irão regularizar numa fração de tempo mais longa. Com a empresa AFAVIAS o município pagará os juros de mora durante trinta prestações, pois como não tinha encargos para a câmara tentaram alargar o pagamento o máximo possível. Em diálogo com a AFAVIAS reduziram a taxa de juro para cinco por cento. Também realizaram um contrato de pagamento com a Tâmega e com um antigo vereador do município, e irão concretizar os pagamentos em dívida, na forma de prestações.-----

-----O deputado Luís Almada do CDS-PP concordou que o município tenha que assumir as suas dívidas, mas que as mesmas já deveriam ter sido regularizadas há muito tempo. Questionou o fato de, na altura em que as obras tinham sido realizadas houve financiamento para essas obras, então onde estava esse dinheiro que não usaram para pagar a obra. Se uma obra é aprovada há dinheiro disponível para o se pagamento, no entanto a obra ainda não foi paga. Referiu que devem executar obras que beneficiam a população e não uma ou duas pessoas.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento deu um exemplo de um casal que fez um empréstimo ao banco, mas caso o ordenado falhe não conseguirá pagar a prestação, pois aconteceu o mesmo com o município. Desde dois mil e nove que o Governo Regional está com problemas financeiros e não regularizou as transferências às câmaras municipais, assim sendo a câmara tem dificuldades em pagar e começa a acumular juros que vão se juntando à dívida e esta vai crescendo.-----

-----O deputado Luís Almada do CDS-PP pergunta se os juros é a Câmara ou o Governo que paga?-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento refere que o Governo só assegura o valor da obra e que os juros são responsabilidade do município.-----

-----O deputado Telmo Freitas do CDS-PP sugere que a câmara deveria negociar com o Governo, pois o município terá que pagar juros devido ao atraso das transferências vindas do governo.-----

-----O deputado Gilberto Andrade do PSD interveio dizendo que não se deve só criticar o município, mas que devemos valorizar o que se tem feito. Referiu também que os deputados não devem falar de assuntos que não estão relacionados com o tema em questão.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS disse que falou sobre outros assuntos porque anteriormente não tinha tido oportunidade. Referiu também que quando entrou para a Assembleia o município fez um empréstimo para pagar dívidas e que neste momento ainda existem mais dívidas.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP constatou que estas dívidas são provas da governação do PSD no último mandato. Os juros são superiores à dívida, referiu que essa informação deveria ter sido facultada aos munícipes. Questionou, quando a câmara irá exigir as transferências em dívida ao Governo Regional?-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento informou que nos contratos programa com o Governo não estão contemplados juros. Disse que apesar de haver dívida existem muitas obras realizadas, as quais usufruímos. Referiu que quem não valoriza uma estrada é quem sempre teve estrada perto de casa. As obras realizadas foram necessárias ao nosso concelho e é necessário pagar essas dívidas, e o acordo conseguido irá atenuar as contas do município.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS-PP questionou sobre o pedido de reintegração do antigo Vereador. Também questionou se a dívida em questão só se

refere as estas duas empresas, a LENA e a AFAVIAS. Perguntou se para as obras em questão não houve financiamento da União Europeia e se a dívida deve-se à falta de pagamento pelo Governo ou refere-se aos juros.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que os acordos de pagamento referem-se às empresas AFAVIAS e LENA. Que o dinheiro para as respetivas obras foi conseguido através de um contrato programa com o Governo o que não implica dinheiros da União Europeia. Em relação ao pedido de reintegração, foi pedido um parecer e assim foi concluído que o pedido de reintegração era válido e o antigo vereador a tempo inteiro irá usufruir desse direito que o assiste. Em relação à AFAVIAS as duas colunas, representadas na informação disponibilizada, referem-se a juros, estão em colunas separadas porque têm prazos diferentes.-----

-----O Presidente da Assembleia, Luís Drumond, questionou a Assembleia sobre a votação do ponto número oito, pois por tratar-se de dois contractos plurianuais se gostariam de votar em separado ou em conjunto, o que a Assembleia respondeu que poderiam ser votados em conjunto.-----

----- Colocado à votação o ponto número oito foi aprovado por maioria, registando-se um voto contra do PTP e dez abstenções do CDS e do PS.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP em declaração de voto reconheceu que a dívida existia e que tinha que ser regularizada, mas que com este acordo os beneficiados foram os credores e prejudicou a câmara. Constatou que noutros municípios os juros de mora foram perdoados. O deputado apresentou um cartaz para o PSD utilizar na próxima campanha eleitoral.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD louvou o trabalho realizado pelo executivo, realçando que a dívida tinha que ser regularizada e encontraram uma alternativa que beneficia o município.-----

-----O deputado Fábio Santos referiu que o PS absteve-se porque não foi apresentada a faturação do valor que estava em dívida.-----

-----O deputado Luís Almada do CDS-PP lamentou o fato de gastar dinheiro e acrescer juros de muitas obras que ainda não estão concluídas. Referiu que em muitas estradas existem cartazes a referir que as mesmas foram financiadas pela União Europeia. Foi um desgoverno feito pelo antigo executivo e o novo executivo é que tem que assumir o pagamento. Deveriam ter sido apresentadas as faturas das dívidas em causa.-----

-----Ponto nove – Apresentação, discussão, votação da proposta de concessão do espaço comercial do Parque de estacionamento Municipal.-----

----- O Presidente Ricardo Nascimento explicou que o arrendamento do espaço comercial do Parque de estacionamento Municipal irá trazer mais receita para o município. Foi feito um pedido de avaliação do espaço para saber qual o valor a pedir pelo arrendamento e o contrato será feito por dez anos com a hipótese de ser renovado.-----

-----O deputado Ilídio Almada do CDS-PP concordou com o presidente devido ao aumento de receita para o município, no entanto achou exagerado o valor a pagar pelo arrendamento do espaço.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que o espaço tem setenta e oito metros quadrados e o valor do arrendamento foi o apresentado quando feita a avaliação.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP questionou se entretanto o empresário tiver dificuldades poderá negociar antes do fim do contrato.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento referiu que para alterar o valor da renda é

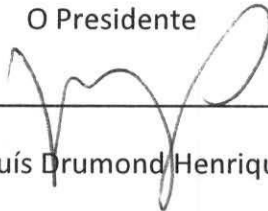
X

preciso ter em conta vários aspetos.-----
-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS-PP explicou que tendo em conta a crise financeira é um valor muito elevado e se a câmara diminui-se o valor haveria mais concorrência.-----
-----Colocado à votação o ponto nove foi aprovado por maioria registando quatro votos contra do CDS.-----
-----Em declaração de voto o deputado do PTP Marco Almas, concordou com o valor proposto pois quem arrisca num negócio tem que ter confiança no seu projeto.-----
-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS-PP não concordou com o valor apresentado pois é muito elevado e não foram tidas em conta outras propostas para baixar o valor da renda.-----
-----Ponto dez – Apresentação, discussão, votação da proposta dos contratos de concessão de exploração das lojas do Mercado Municipal.-----
-----O Presidente Ricardo Nascimento explicou que apesar dos arrendatários queixarem-se do valor da renda, ninguém quis renegociar o valor. O mercado deve ser dinamizado e assim irão estar disponíveis para arrendar mais lojas no mercado. Não foi pedida avaliação destes espaços devido às contingências financeiras e guiaram-se pelo valor do arrendamento do espaço junto ao parque de estacionamento.-----
-----O deputado Fábio Santos do PS perguntou se o terraço estava incluído na loja onde antigamente era o restaurante.-----
-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que o terraço estava incluído na loja onde era o restaurante. Neste caso o contrato de arrendamento também é por dez anos e a partir daí a renovação é anual com o máximo de cinco anos.-----
-----Colocada à votação esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----
-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS-PP fez uma declaração de voto referindo que neste caso o bom senso imperou, apoia a iniciativa porque vem valorizar o mercado municipal.-----
-----Foi lida a minuta referente à presente. Colocada para votação a minuta foi aprovada por unanimidade.-----
-----No final da sessão, visto haver inscrições do público para intervir na sessão da Assembleia, foi dada a palavra ao senhor José Idalino Fernandes Rodrigues, cidadão residente no sítio da Fajã Velha freguesia de Campanário, no contexto de período de intervenção do público, questionou a postura da Câmara sobre um suposto atentado ambiental no Calhau da Lapa referente ao atirar terra para o calhau, questionando então porque não foram falar com as pessoas diretamente mas sim com as autoridades. Disse que a Câmara deveria estar atenta ao reais problemas do Calhau da Lapa, como ferros na ribeira, esgoto ao céu aberto que verte para a Ribeira do Campanário, falta de água entre outros. Também referiu os tubos de transporte de água em fibrocimento existentes no Campanário que podem provocar doenças e que necessita de intervenção urgente pela saúde pública.-----
-----O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a todos os presentes, constatando a sala cheia de cidadãos para assistir à primeira assembleia descentralizada, bem como à primeira intervenção no espaço destinado ao público, vivendo-se assim um momento histórico na freguesia do Campanário. Agradeceu às instituições que acolheram e apoiaram na realização desta Assembleia Municipal.-----
-----Não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para

Julia
Juliano

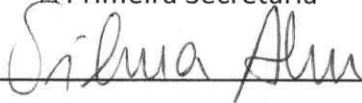
constar, se lavrou a presente ata que eu, Sílvia Maria Almada de Abreu, Primeira Secretária da Mesa, a redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente e o Segundo Secretário depois de aprovada na próxima sessão da Assembleia.-----

O Presidente



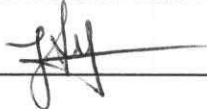
(João Luís Drumond Henriques)

A Primeira Secretária



(Sílvia Maria Almada Abreu)

O Segundo Secretário



(João Abreu Gomes)